

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

Começar cada dia como se fosse o mais importante e promissor. Essa é a abertura do Manifesto Alpargatas, e foi dessa forma que a Companhia avançou em sua estratégia de crescimento em 2012, consolidando-se como a maior empresa de calçados do Brasil.

O marco no desempenho de 2012 foi a evolução do volume de vendas e da receita líquida - que atingiu R\$ 3 bilhões, valor 16,8% superior ao de 2011, resultante da comercialização de 265,3 milhões de pares de calçados e peças de vestuário e acessórios, quantidade 6,3% maior. A gestão de marcas, a inovação de produtos, a comunicação criativa e a ampla distribuição são competências que têm sido fundamentais para impulsionar a administração da Alpargatas.

A eficácia na disseminação da política comercial e na gestão das vendas, que priorizaram a comercialização de produtos de maior valor agregado, o foco na gestão de processos fabris, que resultou em mais produtividade, e o rígido controle dos custos e das despesas operacionais contribuíram para a geração de lucros em 2012, período marcado pela alta dos custos de produção.

O crescimento dos lucros foi mais expressivo no segundo semestre de 2012, com destaque para a evolução no quarto trimestre desse ano. Nesse período, o lucro bruto consolidado cresceu 8,6% em relação ao terceiro trimestre de 2012 (3T12) e a margem, de 41,8%, subiu 1,2 ponto percentual. Já o EBITDA consolidado acumulou R\$ 129,5 milhões, com alta expressiva de 25,4% ante o 3T12, e a margem, de 15,5%, aumentou 2,5 pontos percentuais, igualando-se à de 2011, ano em que os resultados foram mais fortes.

O ano foi mais um de progresso nos projetos estratégicos que permitirão à Alpargatas dobrar seu tamanho nos próximos anos. Para avançar na meta de tornar-se uma empresa de alto crescimento, gestora de marcas reconhecidas globalmente e com desempenho classe mundial, um importante passo foi dado com a aquisição de 30% do capital da Osklen, concretizada em 4 de março de 2013, uma das marcas mais influentes e inspiradoras no mundo da moda, com lojas no Brasil e exterior. No primeiro semestre de 2014, a Alpargatas poderá exercer a opção de comprar mais 30% da empresa. A operação é relevante para a criação de uma plataforma de moda *lifestyle* que será referência no Brasil e exterior. O investimento adiciona ao portfólio uma *lifestyle* de as mesmas características das da Alpargatas: inovação, modernidade e interação com o consumidor. Traz sinergias em calçados, conhecimento e desenvolvimento de competências no segmento de moda de luxo e também reforça a presença da Companhia no varejo. Ao todo, 518 lojas exclusivas das marcas Havaianas, Topper, Timberland, Osklen, Meggashop e Outlet Alpargatas espalhavam-se pelo mundo no encerramento de 2012.

Para os artigos esportivos, 2012 foi o período de conquistar mais visibilidade por meio da oferta de produtos de maior valor agregado e de gerar mais vendas. A Topper manteve-se referencial em artigos para futebol do ano e estreou no *running* com uma linha de calçados especialmente desenvolvida para esse esporte.

A Mizuno, líder em corridas de alta *performance*, ingressou no vôlei, modalidade em que é muito relevante mundialmente. Fortaleceu-se no futebol com o lançamento de modelos de chuteiras. Rainha aplicou com grande sucesso o reposicionamento planejado em 2011 e lançou coleções nas categorias *running* e casual. A Timberland promoveu ajustes em suas linhas de calçados para se adaptar às preferências dos brasileiros, solidificando-se no segmento de artigos para a prática de atividades *outdoor*.

Para assegurar a continuidade do crescimento mundial de Havaianas, houve avanços nas obras da fábrica de sandálias que está em construção em Montes Claros (MG), com investimentos previstos de R\$ 250 milhões. Ao final de 2012, 50% das obras civis já estavam concluídas, o montante investido totalizava R\$ 126,1 milhões, e iniciava-se, simultaneamente, a montagem de equipamentos e a contratação de empregados. Serão 50 mil m² de construção em terreno de 357 mil m², área que garante espaço para a expansão das instalações fabris no futuro. A unidade será inaugurada no segundo trimestre de 2013 e, quando estiver em plena capacidade produtiva, a partir de setembro, terá capacidade anual instalada para produzir 105 milhões de pares de sandálias de borracha.

A Alpargatas chegou ao final de 2012 preparada para capturar as oportunidades que continuam a surgir em seus mercados de atuação, com consistência na execução de sua estratégia de crescimento e na geração de valor para os acionistas.

A Alpargatas chegou ao final de 2012 preparada para capturar as oportunidades que continuam a surgir em seus mercados de atuação, com consistência na execução de sua estratégia de crescimento e na geração de valor para os acionistas.

A Alpargatas chegou ao final de 2012 preparada para capturar as oportunidades que continuam a surgir em seus mercados de atuação, com consistência na execução de sua estratégia de crescimento e na geração de valor para os acionistas.

A Alpargatas chegou ao final de 2012 preparada para capturar as oportunidades que continuam a surgir em seus mercados de atuação, com consistência na execução de sua estratégia de crescimento e na geração de valor para os acionistas.

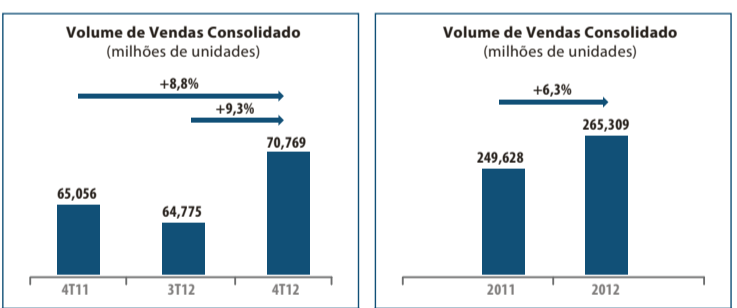
A Alpargatas chegou ao final de 2012 preparada para capturar as oportunidades que continuam a surgir em seus mercados de atuação, com consistência na execução de sua estratégia de crescimento e na geração de valor para os acionistas.

A Alpargatas chegou ao final de 2012 preparada para capturar as oportunidades que continuam a surgir em seus mercados de atuação, com consistência na execução de sua estratégia de crescimento e na geração de valor para os acionistas.

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

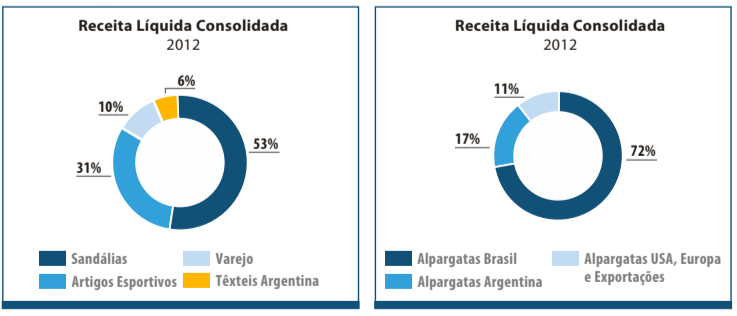
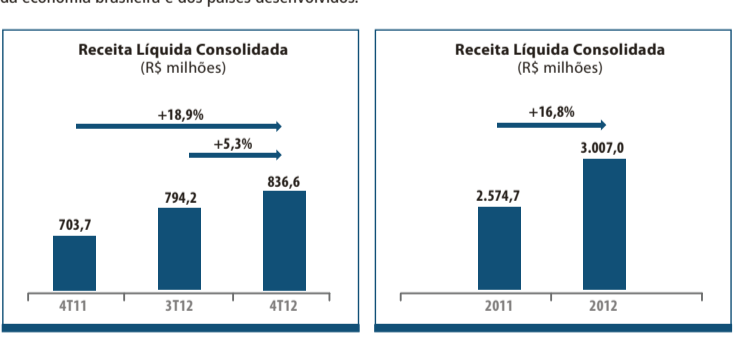
VOLUME DE VENDAS

No quarto trimestre de 2012 foram comercializadas 70,769 milhões de unidades de calçados, vestuário e acessórios, quantidade 9,3% superior à do terceiro trimestre de 2012 (3T12) e 8,8% maior que a do quarto trimestre de 2011 (4T11). No ano, o volume consolidado somou 265,309 milhões de unidades, volume 6,3% maior que o de 2011, em consequência dos aumentos dos volumes de sandálias no mercado interno (+7,8%) e no exterior (+8,6%) e do crescimento de 11,8% nas vendas de calçados esportivos no Brasil.



RECEITA LÍQUIDA

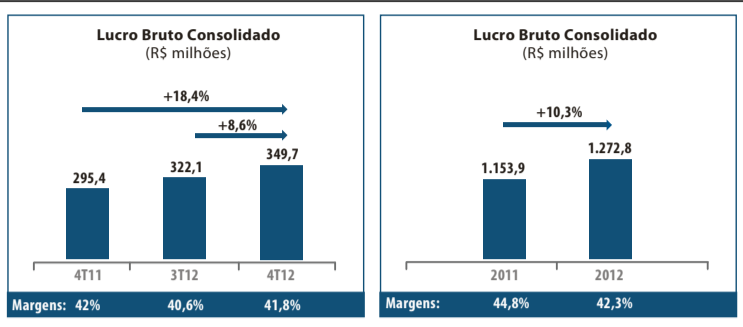
A receita líquida consolidada, de R\$ 836,6 milhões no quarto trimestre de 2012, cresceu 5,3% ante o 3T12 e 18,9%, ante o 4T11. No ano, a receita líquida consolidada alcançou R\$ 3 bilhões, evolução de 16,8% ante 2011. Volume maior no Brasil e no exterior e a eficácia na administração da política comercial e na gestão das vendas proporcionaram bom desempenho em um ano de baixo crescimento da economia brasileira e dos países desenvolvidos.



LUCRO E MARGEM BRUTA

No quarto trimestre de 2012, o lucro bruto consolidado acumulou R\$ 349,7 milhões, valor 8,6% mais alto que o do 3T12 e 18,4% maior que o do 4T11. A margem bruta consolidada, de 41,8%, foi 1,2 ponto percentual maior que a do 3T12 e, em relação ao 4T11, ficou praticamente estável. A recuperação de margem no último trimestre de 2012 foi decorrente do aumento da receita consolidada nesse período e da redução no custo médio, em reais, das matérias-primas *commodities* ocorrida em relação ao 3T12. No ano, o lucro bruto consolidado somou R\$ 1.272,8 milhões, montante 10,3% superior ao de 2011. A margem bruta consolidada, de 42,3%, foi 2,5 pontos percentuais menor que a de 2011 devido:

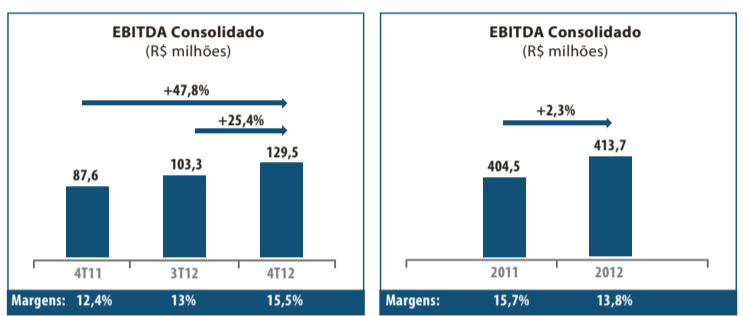
- Ao custo mais elevado das matérias-primas *commodities*. O custo médio da borracha em reais em 2012 foi 10,3% maior que o de 2011;
- Ao aumento do custo dos produtos acabados importados (FOB + câmbio);
- Ao aumento do custo da mão de obra direta; e
- À queda da margem bruta na Argentina.



EBITDA

O EBITDA consolidado somou R\$ 129,5 milhões no quarto trimestre de 2012, valor 25,4% maior que o registrado no 3T12, em decorrência do aumento de 33% no EBITDA alcançado nas operações do mercado doméstico. Com isso, a margem recuperou 2,5 pontos percentuais, passando de 13%, no 3T12, para 15,5%, no 4T12. Na comparação com o 4T11, o EBITDA consolidado foi 47,8% superior, e a margem, 3,1 pontos percentuais maior devido à combinação de preços mais altos com *mix* de vendas mais rico no mercado interno e ao aumento de produtividade das despesas operacionais estratégicas no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos. No ano, o EBITDA consolidado acumulou R\$ 413,7 milhões, valor 2,3% maior que o de 2011, e a margem, de 13,8%, recuou 1,9 ponto percentual. Maior volume, preço mais alto das sandálias e dos calçados esportivos e *mix* de vendas mais rico contribuíram para o aumento do EBITDA. Além das *commodities*, houve acréscimo durante o ano nas despesas operacionais estratégicas, devido:

- Ao incremento nos gastos com a comunicação das marcas, no Brasil e no exterior, que proporcionou evolução da receita;
- Ao aumento das estruturas comercial e administrativa no Brasil e na Europa, necessárias para suportar a expansão dos negócios; e
- À majoração dos custos dos serviços de terceiros e dos salários em razão da inflação mais elevada, de uma forma mais acentuada na Argentina.



Para o cálculo do EBITDA ajustado, a Companhia exclui o resultado operacional da equivalência patrimonial da Tavex (empresa coligada), as provisões não-operacionais e os gastos com investimentos estratégicos não-recorrentes, porque são itens cuja natureza não interferem na geração potencial de caixa das suas operações.

A seguir está demonstrado o cálculo do EBITDA conforme Instrução CVM 527

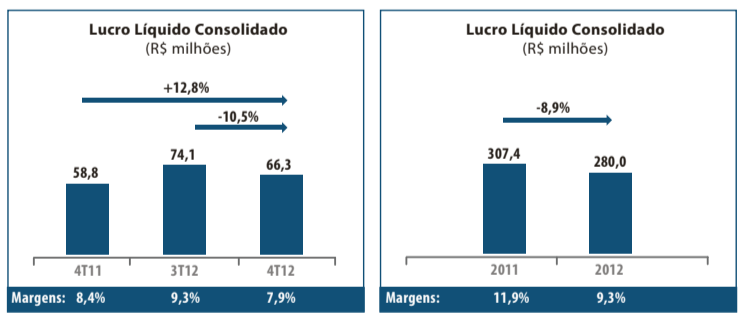
	2012	2011	4T12	4T11
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	280,0	307,4	66,3	58,8
(+) I.R. e contribuição social	19,3	31,8	10,5	0,4
(-) Resultado financeiro	(8,1)	(29,0)	(2,0)	(9,2)
(+) Depreciação e amortização	60,2	54,0	15,6	15,0
(+) Resultado financeiro, impostos e depreciações da coligada Tavex	48,6	28,6	30,8	6,9
EBITDA CONFORME INSTRUÇÃO CVM 527	400,0	392,8	121,2	71,9
(+/-) Resultado operacional da coligada Tavex	(5,7)	(22,9)	2,3	(2,5)
(+) Provisões não-operacionais	15,6	19,2	4,8	11,9
(+) Outros itens não-recorrentes - investimentos estratégicos	3,8	15,4	1,2	6,3
EBITDA AJUSTADO	413,7	404,5	129,5	87,6

O EBITDA não deve ser considerado uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou de fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado, e seu cálculo, na Alpargatas, pode não ser comparável ao realizado por outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça uma medida do fluxo de caixa, a Administração o utiliza para mensurar o desempenho operacional da Sociedade.

LUCRO LÍQUIDO

No quarto trimestre de 2012, a Alpargatas registrou lucro líquido consolidado de R\$ 66,3 milhões, com margem líquida de 7,9%. Esse valor foi 10,5% menor que o do 3T12 devido ao resultado negativo da equivalência patrimonial da Tavex. Na comparação com o 4T11, o lucro líquido foi R\$ 12,8% melhor, em razão do incremento de 47,8% no EBITDA consolidado. A Alpargatas detém 18,7% do capital da Tavex Corporation, maior fabricante mundial de tecidos denim, sediada na Espanha. Essa empresa vem passando por reestruturações operacionais de forma a ganhar competitividade. Em 2012, a Administração da Tavex revisou o plano financeiro da companhia, de forma a adequá-lo a um cenário mais provável de geração de resultados. Essa revisão indicou a necessidade de ajustá-lo a uma conta de ativos fiscais, possíveis de serem compensados com a geração futura de lucros. O ajuste ao valor recuperável do ativo fiscal, aliado a seu resultado operacional negativo, resultou em uma equivalência patrimonial negativa na Alpargatas de R\$ 42,8 milhões, no exercício de 2012, sem efeito caixa.

No ano, o lucro líquido consolidado acumulou R\$ 280 milhões, 8,9% menos que o de 2011, e a margem líquida, de 9,3%, foi 2,6 pontos percentuais inferior. O EBITDA maior e a venda de ativos na Argentina contribuíram positivamente para a melhoria do lucro líquido de 2012. Todavia, a equivalência patrimonial negativa da Tavex, que não tem efeito caixa, e a diminuição do resultado financeiro, por causa da queda nas taxas que remuneram a aplicação do caixa, foram fatores que reduziram o lucro do ano.



CICLO DE CONVERSÃO DE CAIXA

No período de um ano, compreendido entre 31/12/2011 e 31/12/2012, o CCC foi reduzido em 2 dias, passando de 53 para 51 dias. A Empresa deu continuidade às fortes controles gerenciais e evoluiu nos processos financeiros integrados, otimizando as contas circulantes. Os estoques e as contas de clientes aumentaram 1 e 2 dias, respectivamente, em razão, principalmente, da operação na Argentina. O prazo com fornecedores melhorou 5 dias.

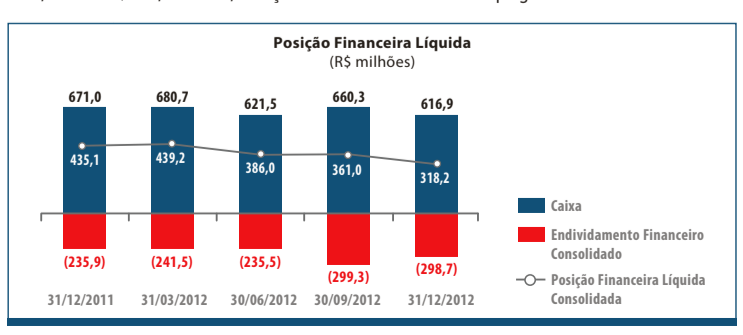
CAIXA

Em 31 de dezembro de 2012, a Alpargatas apresentava saldo de caixa de R\$ 619,9 milhões, ante R\$ 671 milhões em 31 de dezembro de 2011. A geração operacional totalizou R\$ 10,7 milhões. O maior ingresso de caixa nos 12 meses encerrados em 31/12/2012 deveu-se ao EBITDA consolidado, que acumulou R\$ 413,7 milhões. Os desembolsos mais significativos foram: (i) R\$ 197,5 milhões em capital de giro, para apoiar o crescimento dos negócios; (ii) R\$ 205,5 milhões em Capex, que inclui os investimentos na nova fábrica em Montes Claros; e (iii) R\$ 83,9 milhões com a remuneração dos acionistas.

ENDIVIDAMENTO

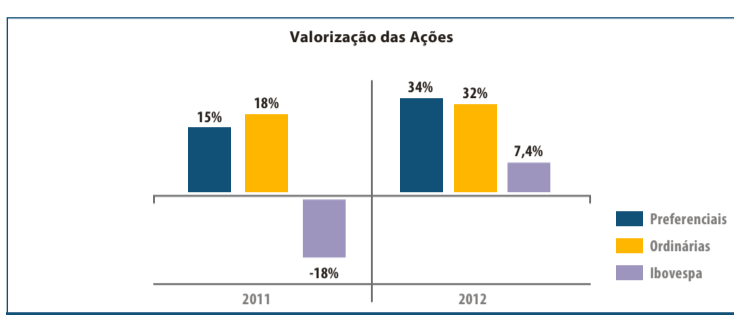
Em 31 de dezembro de 2012, o endividamento financeiro consolidado da Companhia totalizava R\$ 298,7 milhões, sendo R\$ 134,2 milhões denominados em reais e R\$ 164,5 milhões em moeda estrangeira. A fábrica de sandálias que está sendo construída em Montes Claros (MG) é um empreendimento estratégico relevante que suportará o crescimento mundial das vendas de Havaianas. No ano, foram contratados empréstimos e financiamentos, junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e ao BNDES linha Financeira, que somam R\$ 187,3 milhões para serem usados no projeto. As taxas de juros são pré-fixadas em 2,5% ao ano, custo muito competitivo que otimiza a estrutura de capital da Companhia. O prazo de pagamento é de 10 anos, com carência de 2 anos. A liberação dos R\$ 187,3 milhões, pelos agentes financeiros, ocorrerá em sua totalidade ao longo de 2013.

Subtraindo-se o endividamento do saldo de caixa, a posição financeira líquida, em 31 de dezembro de 2012, somava R\$ 318,2 milhões, reforçando a solidez financeira da Alpargatas.



VALOR ADICIONADO

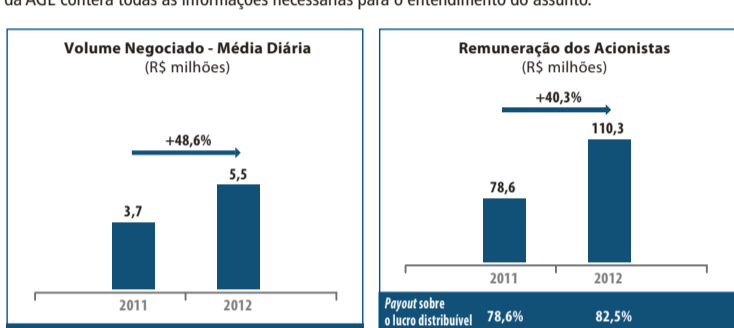
As ações preferenciais (ALPA4) encerraram o ano cotadas a R\$ 15,10, valor 34% maior que o de 31 de dezembro de 2011. As ordinárias (ALPA3), ao preço de R\$ 14,70, valiam 32% mais, na mesma comparação. Em 2012, o Ibovespa valorizou-se 7,4%. A comunicação mais atenta com o mercado de capitais e a maior proximidade com investidores contribuíram para o bom desempenho das ações da Alpargatas na bolsa de valores em um ano de forte volatilidade no mercado acionário mundial. Em 31 de dezembro de 2012, o valor da Companhia na BM&FBOvespa era de R\$ 5,7 bilhões, ante R\$ 4,3 bilhões na mesma data em 2011.



O volume médio diário de negociação foi de R\$ 5,5 milhões em 2012, aumento de 48,6% em relação a 2011.

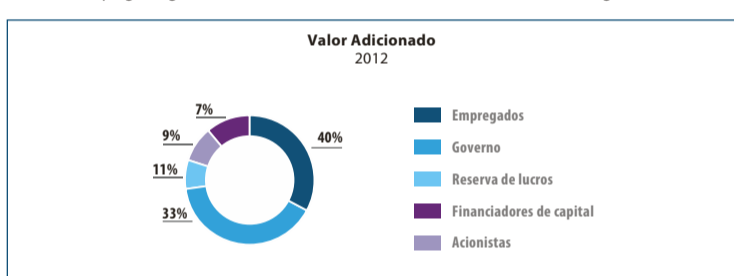
A Alpargatas incrementou a remuneração dos acionistas com pagamento recorde de juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos, mesmo com o impacto no lucro líquido causado pela equivalência patrimonial da Tavex. Em 2012 foram pagos R\$ 85 milhões na forma de JCP e, em 17/04/2013, serão pagos dividendos complementares de R\$ 25,3 milhões, totalizando R\$ 110,3 milhões, referentes ao exercício. O valor representa 82,5% do lucro líquido distribuível (sem a reserva para incentivos fiscais) ou 39,4% do lucro total.

Adicionalmente ao pagamento de JCP e dividendos, a Administração da Companhia irá propor a distribuição de bonificação de ações. Desse modo, o Conselho de Administração autorizou a inclusão, nas matérias a serem votadas na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas que se realizará em 24 de abril, do aumento do capital social da Companhia mediante a utilização de R\$ 62,4 milhões provenientes da Reserva de Investimentos de 2007, com a emissão de 38.880.147 ações, sendo 19.967.649 ordinárias e 18.912.498 preferenciais. Se aprovada a matéria, as ações serão distribuídas em bonificação aos acionistas de acordo com suas respectivas participações no capital da Empresa. O Edital de Convocação da AGE conterá todas as informações necessárias para o entendimento do assunto.



VALOR ADICIONADO

Em 2012, a Alpargatas gerou um valor adicionado de R\$ 1,5 bilhão, distribuído da seguinte forma:



RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Alpargatas investe continuamente na harmonização das três dimensões de seu negócio - econômica, social e ambiental - por entender que essa é a maneira mais eficiente de crescer de forma sustentável e contribuir para a inclusão social e qualidade de vida das futuras gerações. Em 2012, os investimentos em educação, desenvolvimento e educação contribuíram para melhorar ainda mais o desempenho dos empregados. Foram ministradas 33,3 mil horas de treinamento, 19% mais do que o ano anterior. O Programa de Participação nos Resultados, alinhado ao plano operacional e estratégico da Companhia, possibilitou a distribuição de R\$ 35,6 milhões a todos os empregados, sob forma de incentivo no curto prazo. O Programa de *Stock Options*, que concede a opção de compra de ações preferenciais aos diretores, com o objetivo de reter e incentivar a contribuição para os resultados e as metas da Companhia, foi estendido a outros cargos. Com patrimônio de R\$ 207,6 milhões, o fundo de previdência privada dos empregados da Alpargatas atingiu a rentabilidade líquida de 15% no ano, superando a meta anual.

A Alpargatas mantém uma política de contratação de portadores de necessidades especiais. Durante o ano, dedicou-se à continuidade do mapeamento de funções que podem ser ocupadas por profissionais nessas condições. Ao final do exercício, 421 empregados com esse perfil trabalhavam nas instalações da Companhia.

O Instituto Alpargatas é o braço de responsabilidade social da Empresa. Seus programas educacionais e esportivos beneficiaram mais de 416 mil crianças, adolescentes e jovens em dez cidades do Nordeste nos últimos nove anos. Também contribuiu para a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o que lhe valeu reconhecimento, prêmios e menções por parte de órgãos públicos. Ao longo do ano, 63 mil alunos tiveram a possibilidade de praticar diferentes modalidades esportivas com materiais cedidos pelas marcas da Alpargatas. No âmbito do Programa de Educação pela Cultura - Ação Pós-Escola, foram desenvolvidos, em parceria com ONGs, 22 projetos que beneficiaram 116 instituições e 5,5 mil estudantes, em três cidades paraibanas.

O Instituto Alpargatas foi contemplado com o prêmio "Ser Humano 2012", conferido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos, entre outros reconhecimentos e menções honrosas concedidos por organizações privadas e entidades públicas.

A Alpargatas opera com foco na prevenção de danos ambientais e à saúde, o que passa por melhorias contínuas em seus processos produtivos, de forma a intensificar a qualidade de vida dos empregados, das comunidades e das gerações futuras. Para fazer jus a esse entendimento, foram investidos R\$ 12,3 milhões na adoção, continuidade e ampliação de iniciativas nas áreas de Segurança no Trabalho, Saúde Ocupacional e Meio Ambiente, montante 55% maior que o de 2011.

Entre as várias ações realizadas durante o ano destacaram-se a continuidade na execução de melhorias nas proteções de máquinas e equipamentos; treinamentos em segurança do trabalho e educação ambiental; formação e treinamentos para brigadas de emergência e de primeiros socorros; avaliação de agentes ambientais e ergonômicos nos locais de trabalho; controle da geração e destinação de resíduos; monitoramento de efluentes industriais e manutenção de esgoto sanitário e industrial.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a Alpargatas S.A. informa que, em 2012, não contratou outros serviços da Ernst & Young Terco que não os de revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações financeiras anuais. Os dados não financeiros, como volumes, quantidade, preços médios, cotações médias, em reais e em dólares, não foram objeto de revisão pelos auditores independentes. A Alpargatas contratou, durante o ano, o ano de 2012, os serviços de emissão de notas fiscais adquirida, em dezembro de 2012, pela Ernst & Young Terco. A Alpargatas avaliou os possíveis impactos sobre a independência dos serviços de auditoria prestados e não identificou conflitos.

DECLARAÇÃO DO DIRETORIA

De acordo com o artigo 25, parágrafo 1º, item 5 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras do exercício de 2012 da Alpargatas S.A. e com o relatório de revisão dos auditores independentes.

PROSPECTIVA

A Alpargatas inicia um novo exercício confiante de possuir bases sólidas para continuar sua trajetória de sucesso. Em 2013, acredita na continuidade do ritmo do consumo, motor da expansão econômica dos últimos anos. Com marcas que cada vez mais dominam seus mercados de atuação de produtos inovadores, continuará a capturar a demanda e, consequentemente, incrementar o volume e a receita e ganhar participação de mercado.

Prosseguirá investindo nos projetos que têm suportado a estratégia de crescimento de suas marcas. A expansão da capacidade de produção, com a inauguração da fábrica de sandálias em Montes Claros, permitirá à Empresa atender mais rapidamente a crescente demanda por Havaianas no Brasil e no exterior, principalmente na Ásia. A otimização do *footprint* fabril e a revisão do modelo logístico tornarão mais competitivas as operações e melhorarão ainda mais a produtividade, traduzindo-se em maior rentabilidade. Em Artigos Esportivos, o plano é intensificar as ações de diferenciação, baseadas na ampliação da oferta de produtos para novas categorias visando conquistar mais participação de mercado, especialmente na Copa do Mundo, em 2014, e nas Olimpíadas, em 2016. Assim, Topper ampliará seu nome no futebol e crescerá no *running* e no *rugby*, no Brasil, e na linha de calçados casual, na Argentina. Rainha ganhará escala com novas tecnologias, fortalecendo-se no mercado brasileiro de artigos esportivos de médio valor. Mizuno continuará a liderar o segmento *running performance* com novos tênis para corrida, e avançará no futebol e no vôlei. A Companhia vai ainda acelerar a expansão do varejo, com abertura de lojas exclusivas no Brasil e

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP)			Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
		2012	2011	2010	2012	2011
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	8	82.533	163.131	454.095	122.830	482.489
Aplicações financeiras	8	458.833	448.744	172.176	494.078	448.744
Contas a receber de clientes	9	604.367	433.456	364.634	694.169	505.858
Estoques	10	248.323	198.200	183.878	443.938	351.023
Impostos a recuperar	11	33.968	15.886	13.451	54.461	26.000
Despesas antecipadas	3	3.563	6.293	3.187	6.583	11.433
Outros créditos	24.901	26.241	25.034	22.928	42.312	50.247
Total do ativo circulante		1.456.488	1.291.951	1.216.455	1.838.987	1.607.580
NÃO CIRCULANTE						
Impostos a recuperar	11	8.609	6.490	6.975	28.300	25.848
Depósitos judiciais	13	11.685	13.665	11.698	12.203	14.528
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.a)	32.888	41.148	39.744	52.554	57.125
Partes relacionadas	21	4.536	1.448	-	-	-
Outros créditos	34.717	21.948	37.434	36.843	23.248	37.910
Investimentos:						
Empresas controladas e coligada	14	358.945	357.172	324.683	33.369	74.267
Outros		195	195	195	195	195
Imobilizável	15	362.923	204.700	171.606	494.369	341.980
Intangível	15	77.323	96.221	102.974	243.909	263.398
Total do ativo não circulante		891.821	742.987	692.129	901.742	800.589
TOTAL DO ATIVO		2.348.309	2.034.938	1.908.584	2.740.729	2.408.169

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP)			Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
		2012	2011	2010	2012	2011
CIRCULANTE						
Fornecedores	16	280.840	218.573	158.375	359.079	297.150
Empréstimos e financiamentos	17	69.601	67.824	150.770	188.406	180.077
Obrigações negociadas de controladas	18	-	-	-	11.687	14.758
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	21	73.836	64.745	61.854	109.466	98.897
Obrigações com exigibilidade suspensa e outros	22	5.851	7.183	4.859	11.383	11.436
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	1.725	843	495	1.725	843
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	19	11.031	4.127	7.241	13.496	13.556
Obrigações tributárias	20	44.406	27.107	22.381	60.217	47.623
Provisões e outras obrigações						
Total do passivo circulante		487.290	390.402	405.975	755.459	664.340
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	17	64.581	53.907	69.031	110.347	55.856
Obrigações negociadas de controladas	18	-	-	-	60.773	63.403
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.a)	-	-	-	-	11.881
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	18.985	18.465	22.193	25.768	26.245
Tributos com exigibilidade suspensa e outros	23	114.109	86.654	86.405	114.109	86.780
Parcelamento de tributos - Lei 11.941/09		874	875	-	874	875
Partes relacionadas	21	-	-	9.475	-	-
Outras obrigações		6.846	6.947	5.030	12.501	8.976
Total do passivo não circulante		205.395	166.848	192.134	324.372	253.970
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.348.309	2.034.938	1.908.584	2.740.729	2.408.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

OPERAÇÕES CONTINUADAS	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
		2012	2011	2012	2011
Receita operacional líquida	26	2.258.278	1.891.127	3.006.982	2.574.700
Custo dos produtos vendidos	27	(1.255.245)	(986.637)	(1.734.176)	(1.420.772)
LUCRO BRUTO		1.003.033	904.490	1.272.806	1.153.928
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	27	(542.146)	(492.721)	(745.952)	(663.238)
Despesas gerais e administrativas	27	(117.140)	(112.169)	(139.424)	(132.027)
Honorários dos administradores	21	(9.925)	(10.134)	(12.314)	(12.167)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(23.269)	11.345	(42.864)	(5.657)
Outras despesas operacionais, liquidadas	32	(42.482)	(22.516)	(40.493)	(29.024)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(734.962)	(626.195)	(981.047)	(842.113)
Receitas financeiras	30	268.071	278.295	291.759	311.815
Despesas financeiras	30	56.866	77.283	61.768	80.830
Variação cambial, liquida	31	(17.158)	(25.630)	(55.067)	(51.214)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		311.366	329.025	299.853	340.864
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12.b)	(23.123)	(23.009)	(26.821)	(32.136)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12.b)	(8.260)	1.404	7.504	339
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		279.983	307.420	280.536	309.067
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À					
Acionistas controladores		279.983	307.420	279.983	307.420
Acionistas não controladores		-	-	553	1.647
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO					
Básico por ação ON - R\$	36	0,7247	0,7948	0,7247	0,7948
Diluído por ação ON - R\$	36	0,7247	0,7948	0,7247	0,7948
Básico por ação PN - R\$	36	0,7977	0,8750	0,7977	0,8750
Diluído por ação PN - R\$	36	0,7808	0,8567	0,7808	0,8567

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
		2012	2011	2012	2011
Lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas	279.983	307.420	280.536	309.067	
Lucro líquido do exercício proveniente das operações descontinuadas	-	-	-	-	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		279.983	307.420	280.536	309.067
Outros resultados abrangentes					
Ganhos/perdas na conversão de demonstrações financeiras de controladas do exterior	14	(10.857)	2.539	(10.916)	974
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		269.126	309.959	269.620	310.041
Participação dos acionistas não controladores					
Acionistas controladores		269.126	309.959	269.126	309.959
Acionistas não controladores		-	-	494	82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

RECEITAS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Vendas de mercadorias e produtos		2.696.793	2.228.454	3.606.384	3.036.484
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	2.689.863	2.208.381	3.577.781	3.016.367
Outras receitas		(2.751)	(3.491)	(5.776)	(6.079)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(1.640.504)	(1.327.279)	(2.059.051)	(1.704.483)
Custo de mercadorias e produtos vendidos		(993.166)	(741.863)	(1.257.945)	(1.001.378)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(639.423)	(571.493)	(790.583)	(688.978)
Perdas/Recuperação de valores ativos		(5.051)	(8.787)	(7.659)	(8.991)
Outros		(2.864)	(5.136)	(2.864)	(5.136)
RENTEDORES		1.056.289	901.175	1.547.333	1.332.001
Depreciação e amortização	15	(42.148)	(39.076)	(60.198)	(54.035)
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		1.014.141	862.099	1.487.135	1.277.966
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		50.393	100.525	38.438	86.338
Resultado de equivalência patrimonial	14	(23.269)	11.345	(42.864)	(5.657)
Receitas financeiras - incluídas variações cambiais		73.637	88.826	80.957	91.641
Outros		25	354	345	354
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		1.064.534	962.624	1.525.573	1.364.304
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		(1.064.534)	(962.624)	(1.525.573)	(1.364.304)
Salários e encargos sociais		(364.011)	(312.715)	(610.981)	(517.424)
Impostos, taxas e contribuições		(327.663)	(261.263)	(499.604)	(423.948)
Despesas financeiras e alugueis		(92.877)	(81.226)	(134.452)	(113.865)
Juros sobre o capital próprio	24.c)	(85.000)	(78.600)	(85.000)	(78.600)
Dividendos		(25.300)	-	(25.300)	-
Lucros retidos		(169.683)	(228.820)	(169.683)	(228.820)
Participação de não controladores nos lucros retidos		-	-	(553)	(1.647)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
		2012	2011	2012	2011
Lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas		279.983	307.420	280.536	309.067
Ajustes para o exercício o lucro líquido das operações continuadas ao lucro líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	15	42.148	39.076	60.198	54.035
Prejuízo na venda/baixa de bens do imobilizado		3.122	2.297	6.840	2.707
Provisão para perda no imobilizado - "impairment"		650	-	1.047	-
Resultado da equivalência patrimonial	14	23.269	(11.345)	42.864	5.657
Juros, variações monetárias e cambiais		8.619	(1.738)	29.025	11.912
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	9.095	10.225	8.549	11.073
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.b)	8.260	(1.404)	(7.504)	(339)
Tributos com Exigibilidade Suspensa	23	21.362	22.497	21.362	22.497
Reversão de opções de compra de ações	28	2.033	1.551	2.033	1.551
Outros	10	4.735	(1.305)	5.993	(565)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.c)	4.398	3.491	7.423	6.079
Redução (aumento) no ativo:		407.674	370.765	458.364	423.674
Contas a receber de clientes		(175.309)	(72.313)	(198.631)	(82.264)
Estoques		(54.858)	(13.017)	(102.463)	(46.630)
Despesas antecipadas		2.730	(3.106)	4.946	(5.444)
Impostos a recuperar		(20.201)	(5.129)	(32.004)	(8.279)
Outros		(15.097)	(983)	5.338	(304)
Aumento (redução) no passivo:		62.267	60.198	62.912	79.633
Fornecedores		22.793	6.671	32.854	10.441
Obrigações tributárias		(15.121)	(11.133)	(31.562)	(23.638)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		-	(28.528)	-	(29.176)
Pagamento de parcelamento de tributos - Lei 11.941/09		9.091	2.892	11.475	9.358
Obrigações trabalhistas e previdenciárias e financiamentos		(7.881)	(16.331)	(18.972)	(19.580)
Outros		18.292	(5.909)	6.717	4.610
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		234.380	284.077	198.974	312.401
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Investimentos em controlada	14	(53.975)	(49.433)	-	-
Aquisições de imobilizado e intangível	15	(185.245)	(62.977)	(205.510)	(89.744)
Aplicações financeiras		(7.436)	(25.810)	(40.776)	(35.896)
Recuperações por vendas de bens do imobilizado		5.650	15.723	5.650	204.010
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(241.006			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Considerações gerais

Alpargatas S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, capital, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.336 e registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - BMF&BOVESPA com o código de negociação "ALPA4" e "ALPA3".

Em 26 de abril de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração da razão social da Companhia para Alpargatas S.A., para Alpargatas S.A. Suas atividades e de suas controladas (doravante coletivamente denominada de "Grupo Alpargatas" ou "Grupo") são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos.

As controladas diretas e indiretas e a coligada, por meio das quais a Companhia mantém operações no Brasil e no exterior, estão descritas na nota explicativa nº 6.

1.2. Aumento de participação na controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina.

Para os detalhes do processo de aquisição e aumento de participação na controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina, vide nota explicativa nº 14.

1.3. Reorganização societária na controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina

Com o objetivo de simplificar a estrutura societária da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina, gerando sinergias e uma maior eficiência, o Conselho de Administração da controlada acordou em reunir do dia 20 de dezembro de 2011 uma reorganização societária para incorporação de oito subsidiárias. A reorganização efetivou-se a partir de 1º de abril de 2012 e de acordo com as condições e efeitos previstos nos art. 82 a 87 da Lei 19.550 de Sociedades Comerciais da Argentina, das normas da "Comisión Nacional de Valores - CNV", do "Reglamento de Comercio de Buenos Aires - BCBA" e demais normas legais regulamentares aplicáveis.

A reorganização societária foi aprovada pelas Assembleias Extraordinárias de 25 de abril de 2012 e 26 de abril de 2012.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil; e
 - As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.
- As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e coligada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo; entretanto, a equivalência patrimonial é determinada pela legislação societária brasileira.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de maneira consistente com as práticas contábeis descritas para todos os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais (BR GAAP) e consolidadas (BR GAAP e IFRS):

a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de vendas é reconhecida na demonstração do resultado quando: (i) os riscos e benefícios inerentes aos produtos e às mercadorias vendidos são transferidos aos compradores; (ii) quando for provável o recebimento dos valores devidos à Companhia; e (iii) quando não houver mais nenhum envolvimento da Administração com os produtos/mercadorias. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

b) Reconhecimento de incentivos fiscais - subvenções para investimentos

A recorrente de incentivos fiscais, recebida sob a forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado quando recebida em contraposição de custos e investimentos incorridos pela Companhia e por suas controladas nas localidades onde o incentivo fiscal é concedido.

A subvenção para investimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS dos Estados da Paraíba e de Pernambuco é registrada a crédito na rubrica "Impostos e contribuições sobre as vendas" e a subvenção para investimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é registrada a crédito na rubrica "Imposto de renda e contribuição social - correntes". Posteriormente, quando do encerramento do exercício, são destinadas à rubrica "Reservas de capital - subvenção para investimentos", no patrimônio líquido.

Conforme descrito na nota explicativa nº 7, a Companhia e sua controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias reconhecem os incentivos referentes às subvenções dos Estados da Paraíba e de Pernambuco mensalmente na apuração do ICMS das unidades operacionais localizadas naqueles Estados, uma vez que não existem condições nem compromissos adicionais a serem previamente atendidos para o reconhecimento do incentivo.

c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa
Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários de vista e investimentos temporários com prazo de vencimento e carência de até 90 dias, contados da data da aplicação, ou com vencimentos acima de 90 dias, mais considerados de liquidez imediata, pois há intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo, com o próprio emissor, por um montante de caixa com insignificante risco de mudança de valor. Os investimentos temporários são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

ii) Aplicações financeiras

Compreendem os investimentos financeiros com prazos de vencimento e carência superiores a 90 dias da data da aplicação ou com prazos de vencimento superior a 90 dias, mais com possibilidade de resgate antecipado sem risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por clientes, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e de suas controladas para cobertura de provêrrias perdidas na realização conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 9.

Pelo fato de as contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 60 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

e) Estoques

São registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 10.

f) Arrendamentos

São classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

A classificação dos contratos de arrendamento financeiro é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do arrendamento. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 15.

g) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº 15. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Conforme mencionado no item "f)", os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento do tipo financeiro, são registrados caso se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado da alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apresentados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável.

Caracteres: (i) marcas; (ii) cessão de direito de uso comercial; (iii) licenças de uso de sistemas computadorizados (softwares), incluindo os correspondentes gastos com implementação; (iv) cartéis de clientes adquiridos de terceiros; e (v) água na aquisição de controladas (no consolidado). Os ativos com vida útil definida são amortizados de acordo com os prazos descritos na nota explicativa nº 15. Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados substancialmente pelos valores dos ágio pagos na aquisição de controladas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 considerando o prazo de dez anos e, a partir de 1º de janeiro de 2009, a ser anualmente avaliados quanto à sua capacidade de recuperação ("impairment") e/ou quando indícios de não recuperação se fizerem presentes (vide detalhes das premissas na nota explicativa nº 15).

As licenças de uso de sistemas computadorizados ("softwares"), incluindo os correspondentes gastos com implementação e de sistemas de gestão empresarial adquiridos, são capitalizadas e amortizadas também conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 15, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por eles gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de softwares são reconhecidas no resultado do exercício, quando incorridas.

As marcas e patentes adquiridas separadamente são amortizadas pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são registradas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na nota explicativa nº 15.

Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

São registrados como despesa do exercício, quando incorridos. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 15.

i) Aquisições de controladas efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em virtudes das práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida era o passivo de amortização do ágio, tendo como fundamento econômico e expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido, e amortizada conforme vida útil determinada na aquisição. A partir de 1º de janeiro de 2009, o saldo do ágio deixou de ser amortizado para fins contábeis e passou a ser avaliado por sua perspectiva de realização, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A Companhia adotou a opção oferecida pela norma IFRS 01 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro e não ajustou o ágio em relação às aquisições de empresas controladas realizadas anteriormente a 1º de janeiro de 2009, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em conformidade com a norma IFRS 01.

j) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ágio)

A Companhia e suas controladas analisam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

k) Avaliação do valor recuperável do ágio

Como o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as UGCs correspondem a cada segmento de negócio, no qual o ágio foi alocado, e são submetidas a testes de perda do valor recuperável acumulado, ou mais frequentemente, quando houver indicação de que a UGC possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da UGC for inferior ao seu valor contábil, é primeiramente alocado para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério "pro rata" com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuído, quando existente, é incluído na determinação do resultado da alienação.

l) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É reconhecida quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

É atualizada até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza da provisão e das contingências estão descritos na nota explicativa nº 22.

m) Tributação

m.1) Tributação sobre as vendas

As receitas de vendas no mercado interno estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições às alíquotas básicas:

- Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - 7% a 18% (i).
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,65% (ii).
- Programa de Integração Social - PIS - 1,65% (ii).
- Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - 1,5%.

(i) A Companhia e sua controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias possuem incentivos de subvenção para investimento de ICMS conforme detalhes demonstrados na nota explicativa nº 7.

(ii) Os créditos decorrentes do regime de não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados como redutores do custo das mercadorias e dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício.

As vendas são apresentadas na demonstração do resultado do exercício pelo valor líquido dos respectivos impostos e contribuições (receita operacional líquida).

m.2) Tributação sobre o lucro

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de tributar itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por Empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício, sendo, e a contribuição social das localidades em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, o imposto de renda e o tributo sobre o lucro da Companhia e de suas controladas no Brasil calculados, respectivamente, às alíquotas de 25% e 9%. As controladas Alpargatas Imobiliária Ltda. e Fibra Agrícola e Comercial Ltda. apuram o imposto de renda e a contribuição social de acordo com a sistemática do lucro presumido, levando-se em consideração as alíquotas e a legislação em vigor nas datas dos balanços.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o passivo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante no qual se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período que o ativo se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, ou quando uma nova legislação tiver sido promulgada e aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, nas datas dos balanços, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de transferir o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos mesmos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Imposto sobre a renda corrente e diferido

É reconhecido como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando está relacionado a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que o imposto também é reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando ele é originado da contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, quando aplicável, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 12.

n) Moeda funcional e de demonstrações das demonstrações financeiras

Os itens funcionais e de apresentação das demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas operam.

Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada Empresa do Grupo são convertidos para reais, que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (reais) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações, e das conversões de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

Conversão

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa média, com base em valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes demonstrações. As contas do balanço patrimonial são convertidas para reais às taxas de câmbio nas datas dos balanços.

Os efeitos das variações da taxa de câmbio durante o exercício, sobre o patrimônio líquido no início do exercício, são registrados como uma movimentação do patrimônio líquido, da mesma forma que a diferença entre o lucro acumulado do exercício é registrado à média das taxas de câmbio e às taxas de câmbio do fim do exercício. As diferenças cambiais acumuladas resultantes são demonstradas como um componente separado no patrimônio líquido - "Ajuste de avaliação patrimonial". No caso de alienação total ou parcial de uma participação em uma Empresa do Grupo, mediante venda ou como resultado de pagamento de capital, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do ganho ou da perda na alienação do investimento.

o) Instrumentos financeiros

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e por suas controladas são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Quando aplicável, nessa categoria são classificados unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não líquidas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificadas nessa categoria.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificadas nessa categoria.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados em mercados ativos ou não cotados em mercados ativos, mais que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (nota explicativa nº 8).

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados sob essa denominação quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, são representados por empréstimos e financiamentos bancários (nota explicativa nº 17), saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa nº 16) e obrigações negociadas da controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (nota explicativa nº 18), os quais, exceto pelo saldo a pagar a fornecedores, são apresentados pelo valor original, acrescido de juros e variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

Método da taxa efetiva de juros

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, medidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge"

Quando aplicável, os resultados de instrumentos financeiros derivativos, contratados pela Companhia e por suas controladas, são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, quando não designadas em uma contabilidade de "hedge". Os valores nominais das operações com instrumentos financeiros derivativos não são registrados no balanço patrimonial. Os resultados líquidos não realizados dessas operações, apurados pelos valores justos de mercado, são registrados ao resultado pelo regime de competência, tendo como contrapartida as contas do ativo e passivo circulantes.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e em suas respectivas datas de mercado nas datas dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições mensuradas em bases de operação de cada instituição financeira envolvida.

p) Remuneração com base em ações

O valor justo das opções de compra de ações concedidas determinado na data da entrega é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos, sendo o impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, reconhecida no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as alterações revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na rubrica "Opções outorgadas reconhecidas", que registrou o benefício aos empregados, em conformidade com os critérios do pronunciamento técnico CPC 10/IFRS 02 - Pagamento Baseado em Ações.

q) Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos funcionários, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando esta contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

r) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuada pela Administração da Companhia, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio", por ser considerada como uma obrigação estatutária prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. Para fins tributários, são tratados como despesas financeiras reduzindo a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

s) Benefícios a empregados e ganhos e perdas atuariais do plano de pensão

Os custos associados às contribuições efetuadas pela Companhia e por suas controladas aos planos de pensão são reconhecidos como despesa no resultado quando os serviços que concedem o direito a esses benefícios são prestados (regime de competência). Os ganhos e as perdas atuariais apurados no plano de extensão de assistência médica a funcionários são reconhecidos no resultado em conformidade com os critérios do pronunciamento técnico CPC 33/IAS 19 - Benefícios a Empregados, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na nota explicativa nº 29.

t) Lucro líquido por ação



Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 61.079.117/0001-05
NIRE 35.3000.25.270



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Principais exigências
Data de entrada em vigor
Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Q) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2012, 2011. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2011, Adições, Reversões, Saldos em 31 de dezembro de 2012.

10. ESTOQUES
Controladora Consolidado
2012 2011 2012 2011

11. IMPOSTOS A RECUPEAR
Controladora Consolidado
2012 2011 2012 2011

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
Controladora e Consolidado
2012 2011 2012 2011

13. DEPOSITOS JUDICIAIS
Controladora e Consolidado
2012 2011 2012 2011

14. INVESTIMENTOS
Controladora e Consolidado
2012 2011 2012 2011

15. IMOBILIZAÇÃO E INTANGÍVEL
Controladora e Consolidado
2012 2011 2012 2011

16. PASSIVO
Controladora e Consolidado
2012 2011 2012 2011

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Controladora e Consolidado
2012 2011 2012 2011

18. INFORMAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Controladora e Consolidado
2012 2011 2012 2011

19. INFORMAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
Controladora e Consolidado
2011 2010 2011 2010

20. INFORMAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
Controladora e Consolidado
2010 2009 2010 2009

21. INFORMAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
Controladora e Consolidado
2009 2008 2009 2008

22. INFORMAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
Controladora e Consolidado
2008 2007 2008 2007

23. INFORMAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
Controladora e Consolidado
2007 2006 2007 2006

24. INFORMAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
Controladora e Consolidado
2006 2005 2006 2005

25. INFORMAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005
Controladora e Consolidado
2005 2004 2005 2004

26. INFORMAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
Controladora e Consolidado
2004 2003 2004 2003

27. INFORMAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003
Controladora e Consolidado
2003 2002 2003 2002

28. INFORMAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002
Controladora e Consolidado
2002 2001 2002 2001

29. INFORMAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001
Controladora e Consolidado
2001 2000 2001 2000

30. INFORMAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000
Controladora e Consolidado
2000 1999 2000 1999

31. INFORMAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999
Controladora e Consolidado
1999 1998 1999 1998

32. INFORMAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998
Controladora e Consolidado
1998 1997 1998 1997

33. INFORMAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997
Controladora e Consolidado
1997 1996 1997 1996

34. INFORMAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996
Controladora e Consolidado
1996 1995 1996 1995

35. INFORMAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 1995
Controladora e Consolidado
1995 1994 1995 1994

2010
Controladora Consolidado
2010 2009 2010 2009

2009
Controladora Consolidado
2009 2008 2009 2008

2008
Controladora Consolidado
2008 2007 2008 2007

2007
Controladora Consolidado
2007 2006 2007 2006

2006
Controladora Consolidado
2006 2005 2006 2005

2005
Controladora Consolidado
2005 2004 2005 2004

2004
Controladora Consolidado
2004 2003 2004 2003

2003
Controladora Consolidado
2003 2002 2003 2002

2002
Controladora Consolidado
2002 2001 2002 2001

2001
Controladora Consolidado
2001 2000 2001 2000

2000
Controladora Consolidado
2000 1999 2000 1999

1999
Controladora Consolidado
1999 1998 1999 1998

1998
Controladora Consolidado
1998 1997 1998 1997

1997
Controladora Consolidado
1997 1996 1997 1996

1996
Controladora Consolidado
1996 1995 1996 1995

1995
Controladora Consolidado
1995 1994 1995 1994

1994
Controladora Consolidado
1994 1993 1994 1993

1993
Controladora Consolidado
1993 1992 1993 1992

1992
Controladora Consolidado
1992 1991 1992 1991

1991
Controladora Consolidado
1991 1990 1991 1990

1990
Controladora Consolidado
1990 1989 1990 1989

1989
Controladora Consolidado
1989 1988 1989 1988

1988
Controladora Consolidado
1988 1987 1988 1987

1987
Controladora Consolidado
1987 1986 1987 1986

1986
Controladora Consolidado
1986 1985 1986 1985

1985
Controladora Consolidado
1985 1984 1985 1984

1984
Controladora Consolidado
1984 1983 1984 1983

1983
Controladora Consolidado
1983 1982 1983 1982

1982
Controladora Consolidado
1982 1981 1982 1981

1981
Controladora Consolidado
1981 1980 1981 1980

2010
Controladora Consolidado
2010 2009 2010 2009

2009
Controladora Consolidado
2009 2008 2009 2008

2008
Controladora Consolidado
2008 2007 2008 2007

2007
Controladora Consolidado
2007 2006 2007 2006

2006
Controladora Consolidado
2006 2005 2006 2005

2005
Controladora Consolidado
2005 2004 2005 2004

2004
Controladora Consolidado
2004 2003 2004 2003

2003
Controladora Consolidado
2003 2002 2003 2002

2002
Controladora Consolidado
2002 2001 2002 2001

2001
Controladora Consolidado
2001 2000 2001 2000

2000
Controladora Consolidado
2000 1999 2000 1999

1999
Controladora Consolidado
1999 1998 1999 1998

1998
Controladora Consolidado
1998 1997 1998 1997

1997
Controladora Consolidado
1997 1996 1997 1996

1996
Controladora Consolidado
1996 1995 1996 1995

1995
Controladora Consolidado
1995 1994 1995 1994

1994
Controladora Consolidado
1994 1993 1994 1993

1993
Controladora Consolidado
1993 1992 1993 1992

1992
Controladora Consolidado
1992 1991 1992 1991

1991
Controladora Consolidado
1991 1990 1991 1990

1990
Controladora Consolidado
1990 1989 1990 1989

1989
Controladora Consolidado
1989 1988 1989 1988

1988
Controladora Consolidado
1988 1987 1988 1987

1987
Controladora Consolidado
1987 1986 1987 1986

1986
Controladora Consolidado
1986 1985 1986 1985

1985
Controladora Consolidado
1985 1984 1985 1984

1984
Controladora Consolidado
1984 1983 1984 1983

1983
Controladora Consolidado
1983 1982 1983 1982

1982
Controladora Consolidado
1982 1981 1982 1981

1981
Controladora Consolidado
1981 1980 1981 1980

2010
Controladora Consolidado
2010 2009 2010 2009

2009
Controladora Consolidado
2009 2008 2009 2008

2008
Controladora Consolidado
2008 2007 2008 2007

2007
Controladora Consolidado
2007 2006 2007 2006

2006
Controladora Consolidado
2006 2005 2006 2005

2005
Controladora Consolidado
2005 2004 2005 2004

2004
Controladora Consolidado
2004 2003 2004 2003

2003
Controladora Consolidado
2003 2002 2003 2002

2002
Controladora Consolidado
2002 2001 2002 2001

2001
Controladora Consolidado
2001 2000 2001 2000

2000
Controladora Consolidado
2000 1999 2000 1999

1999
Controladora Consolidado
1999 1998 1999 1998

1998
Controladora Consolidado
1998 1997 1998 1997

1997
Controladora Consolidado
1997 1996 1997 1996

1996
Controladora Consolidado
1996 1995 1996 1995

1995
Controladora Consolidado
1995 1994 1995 1994

1994
Controladora Consolidado
1994 1993 1994 1993

1993
Controladora Consolidado
1993 1992 1993 1992

1992
Controladora Consolidado
1992 1991 1992 1991

1991
Controladora Consolidado
1991 1990 1991 1990

1990
Controladora Consolidado
1990 1989 1990 1989

1989
Controladora Consolidado
1989 1988 1989 1988

1988
Controladora Consolidado
1988 1987 1988 1987

1987
Controladora Consolidado
1987 1986 1987 1986

1986
Controladora Consolidado
1986 1985 1986 1985

1985
Controladora Consolidado
1985 1984 1985 1984

1984
Controladora Consolidado
1984 1983 1984 1983

1983
Controladora Consolidado
1983 1982 1983 1982

1982
Controladora Consolidado
1982 1981 1982 1981

1981
Controladora Consolidado
1981 1980 1981 1980

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A metodologia aplicada para determinar o valor da UGC é o fluxo de caixa descontado ("discounted cash flow"), que consiste na determinação dos fluxos de caixa livres em um período, em virtude:

- Do resultado operacional.
- Do retorno do resultado operacional da depreciação/amortização sobre o ativo imobilizado/intangível, apropriada ao resultado do exercício.
- Da necessidade líquida de capital de giro incremental, determinada em virtude do ciclo financeiro da Companhia.

Os saldos dos fluxos de caixa por exercício são calculados a valor presente, descontados através da aplicação de uma taxa que determina o Custo Médio Ponderado de Capital ("Weighted Average Cost of Capital - WACC"). Essa taxa considera o custo de financiamento, dívida e capital próprio, utilizados pela Companhia para financiar suas operações. O custo do capital próprio da Companhia foi calculado pelo método "Capital Asset Pricing Model - CAPM".

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2012 para as UGCs são conforme segue:

UGC - Brasil

Resultado operacional R\$ (milhões) ⁽¹⁾	731,4
Perpetuidade ⁽²⁾	3,7%
Taxa de desconto WACC ⁽³⁾	11,8%

UGC - Argentina

Resultado operacional R\$ (milhões) ⁽¹⁾	113,3
Perpetuidade ⁽²⁾	3,0%
Taxa de desconto WACC ⁽³⁾	17,6%

¹ Resultado operacional, médio do período de cinco anos.
² Taxa de crescimento do fluxo de caixa na perpetuidade.
³ Taxa de desconto calculada antes dos impostos.

A Administração estimou o resultado operacional orçado com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem os riscos específicos em relação aos segmentos operacionais em que cada UGC está inserida.

c) Movimentação

	Controladora						
	2011	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Impairment	2012
Imobilizado							
Terrenos	9.650	-	-	-	-	-	9.650
Edifícios e construções	60.229	-	7.000	(3.420)	(301)	-	63.508
Máquinas e equipamentos	73.319	-	25.314	(12.813)	(1.082)	-	84.738
Móveis e utensílios	11.205	-	7.244	(2.235)	(140)	-	16.074
Veículos	951	-	274	(145)	(6)	-	1.074
Benefetorias em imóveis de terceiros	5.411	-	12.967	(3.039)	(925)	-	14.414
Projetos em andamento	44.686	184.632	(54.452)	-	-	-	174.866
Outros imobilizados	545	-	-	-	-	-	545
Provisão para perdas ("impairment")	(449)	-	-	-	-	(650)	(1.099)
Parcela de subvenção governamental a apropriar de terreno	(847)	-	-	-	-	-	(847)
Total	204.700	184.632	(1.653)	(21.652)	(2.454)	(650)	362.923

	Controladora						
	2011	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Impairment	2012
Intangível							
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	197	-	-	-	-	-	197
Sistema de gestão empresarial	75.060	-	4.439	(14.855)	(668)	-	63.976
Carteira de clientes	12.223	-	-	(5.641)	-	-	6.582
Projetos em andamento	4.678	613	(2.786)	-	-	-	2.505
Sem vida útil definida:							
Cessão de direitos comerciais	4.063	-	-	-	-	-	4.063
Total	96.221	613	1.653	(20.496)	(668)	-	77.323
Total	300.921	185.245	-	(42.148)	(3.122)	(650)	440.246

	Consolidado							
	2011	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Impairment	Varição cambial (ii)	2012
Imobilizado								
Terrenos	15.373	-	-	-	(718)	-	(152)	14.503
Edifícios e construções	130.931	2.421	6.743	(7.555)	(874)	-	(2.327)	129.339
Máquinas e equipamentos	123.492	816	32.590	(19.507)	(1.551)	-	(1.347)	134.493
Móveis e utensílios	18.245	145	7.651	(5.068)	(297)	-	(96)	21.900
Veículos	1.341	-	281	(245)	(6)	-	(19)	1.352
Benefetorias em imóveis de terceiros	7.430	165	12.917	(3.880)	(925)	-	(700)	16.257
Projetos em andamento (iii)	56.034	197.247	(62.079)	-	-	-	(2.781)	188.421
Outros imobilizados	5.016	649	-	-	(603)	-	(678)	4.384
Provisão para perdas ("impairment")	(15.035)	-	-	-	-	(1.047)	649	(15.433)
Parcela de subvenção governamental a apropriar de terreno	(847)	-	-	-	-	-	-	(847)
Total	341.980	202.613	(1.897)	(36.255)	(4.974)	(1.047)	(6.051)	494.369

	Consolidado							
	2011	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Impairment	Varição cambial (ii)	2012
Intangível								
Com vida útil definida:								
Marcas, direitos e patentes	8.998	-	-	(1.389)	-	-	727	8.336
Sistemas de gestão empresarial	76.748	597	4.390	(15.509)	(1.736)	-	313	64.803
Carteira de clientes	17.238	-	-	(6.651)	(130)	-	385	10.842
Projetos em andamento (iii)	4.678	613	(2.786)	-	-	-	-	2.505
Sem vida útil definida:								
Agio na aquisição de controladas	150.130	-	-	-	-	-	-	150.130
Cessão de direitos comerciais	5.606	1.687	293	(394)	-	-	101	7.293
Provisão para perdas	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	263.398	2.897	1.897	(23.943)	(1.866)	-	1.526	243.909
Total	605.378	205.510	-	(60.198)	(6.840)	(1.047)	(4.525)	738.278

(i) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica "Projetos em andamento" para as correspondentes contas definitivas dos grupos "Imobilizado" e "Intangível", quando do encerramento dos projetos.

(ii) Variável cambial decorrente da conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior.

(iii) As adições registradas na rubrica "Projetos em andamento" referem-se aos projetos: (1) de construção da nova fábrica de sandálias na cidade de Montes Claros - MG, com investimento de R\$ 126.136; (2) benefetorias no novo edifício sede da Companhia na cidade de São Paulo - SP, com investimento de aproximadamente R\$ 21.502; (3) diversas melhorias e expansão do processo fabril, com investimentos de aproximadamente R\$ 39.193; (4) Internacionalização de Havaianas R\$ 3.948 e (5) Demais projetos R\$ 6.468.

16. FORNECEDORES

	2012	2011	2012	2011
Nacionais	181.043	177.612	198.220	194.580
Estrangeiros	99.797	40.961	160.859	102.570
Total	280.840	218.573	359.079	297.150

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte-americanos.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Moeda	Indexador de juros	Controladora		Consolidado			
	anual de taxa	2012	2011	2012	2011		
Denominados em reais:							
FNE (BNB)	(a)	7,92%	43.361	57.424	43.361	57.424	
Finame		6,56%	6.898	8.321	6.898	8.321	
Finem (BNDES)	(b)	Cesta de moeda e TJLP + 8,04%	3.775	8.245	3.775	8.245	
Exim (BNDES)	(c)	8,00%	30.498	-	30.498	-	
Cessão de crédito de recebíveis	(d)	7,62%	49.650	42.947	49.650	42.947	
Finem Automático (BNDES) - CBS		-	-	-	-	369	
Total em reais			134.182	116.937	134.182	117.306	
Denominados em moeda estrangeira:							
Finimp - Financiamento de Importação	(e)	US\$	2,77%	-	4.794	-	4.794
"Working capital" - Alpargatas EUA	(f)	US\$	1,81%	-	-	73.532	82.616
"Working capital" - Alpargatas Europa	(g)	€	2,32%	-	-	7.241	-
"Working capital" - Alpargatas International APS	(f)	€	2,45%	-	-	10.807	17.131
Arrendamentos mercantis financeiros - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	(g)	ARS	19,45%	-	-	79	225
"Working capital" - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	(g)	ARS	18,21%	-	-	72.912	13.819
ACC/pré-pagamento - CBS		US\$	-	-	-	-	42
Total em moeda estrangeira			-	4.794	164.571	118.627	
Total geral			134.182	121.731	298.753	235.933	
Passivo circulante			69.601	67.824	188.406	180.077	
Passivo não circulante			64.581	53.907	110.347	55.856	

(a) Em 23 de fevereiro de 2006, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no limite de R\$ 112.000, destinado a apoiar programas de investimentos na Região Nordeste. O financiamento está sendo amortizado mensalmente, a partir de 2008, com previsão de liquidação em dez anos. A liberação das parcelas foi vinculada ao cronograma de desembolso dos investimentos. A garantia está suportada por carta de fiança bancária.

(b) Em outubro de 2007, a Companhia assinou, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, contrato de financiamento de R\$ 22.180 para suportar o projeto de implantação do sistema corporativo integrado de gestão. O financiamento está sendo amortizado em parcelas mensais desde novembro de 2008, com liquidação integral prevista para outubro de 2013. A garantia está suportada por carta de fiança bancária.

(c) Em dezembro de 2012 a Companhia recebeu o crédito de R\$ 30.000 referentes ao financiamento da linha do BNDES-EXIM Pré Embarque assinado com o Banco Alfa de Investimentos. O financiamento será amortizado em seis parcelas, com vencimentos entre maio e outubro de 2014.

(d) Em outubro de 2010, a Companhia assinou convênio de cessão de crédito com o Banco Santander. O prazo médio das operações é de 90 dias. As cessões são amortizadas ao Santander de acordo com os recebimentos dos títulos dos clientes.

(e) Em setembro de 2011, a Companhia assinou contratos de financiamento de importações (Finimp) junto ao Banco Itaú BBA. O prazo das operações era de 180 dias e o empréstimo foi encerrado em março de 2012.

(f) Os empréstimos e financiamentos captados pelas controladas no exterior são garantidos por avais da Companhia, de acordo com limites aprovados pelo Conselho de Administração. Os prazos de vencimento para essas operações variam de 180 a 360 dias.

(g) Os empréstimos e financiamentos captados pela Alpargatas S.A.I.C. na Argentina são utilizados no capital de giro da operação. Apenas um único empréstimo com o BBVA Banco Francés no valor de R\$ 41.600 possui aval da Alpargatas S.A. As demais operações não possuem covenants ou garantias.

Os demais empréstimos estão garantidos por Notas Promissórias e alienação fiduciária de bens da Companhia e de suas controladas, com exceção das operações de "working capital" da Alpargatas S.A.I.C.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ano				
2013	-	19.326	-	21.266
2014	45.324	15.323	86.930	15.332
2015	15.324	15.324	19.483	15.324
2016	2.454	2.454	2.454	2.454
2017	1.187	1.187	1.188	1.187
2018	264	264	264	264
2019	28	29	28	29
Total	64.581	53.907	110.347	55.856

Cláusulas restritivas de contratos

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não continham cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte da Companhia e de suas controladas.

18. OBRIGAÇÕES NEGOCIADAS DE CONTROLADAS

Em 26 de setembro de 2001, a controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina solicitou a abertura de processo preventivo de obrigações negociadas com os credores, tendo sido tal decisão ratificada pela Assembleia Geral de Acionistas realizada em 1º de março de 2002 e o deferimento pelo Tribunal Comercial competente, em 7 de março de 2002.

Em dezembro de 2005, esse mesmo Tribunal Comercial, atendendo à solicitação da Administração da controlada, emitiu decisão tornando conhecida a existência de um pré-acordo com os credores e em 15 de setembro de 2006, após o cumprimento de determinadas obrigações legais anteriormente impostas, a controlada deu início à implementação do acordo de reestruturação de suas dívidas com os credores.

Os valores estão divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas na conta "Obrigações negociadas", no passivo circulante e no não circulante, pelos montantes de R\$ 11.687 e R\$ 60.773 respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 14.758 e R\$ 63.537 em 31 de dezembro de 2011), os quais estão sendo demonstrados líquidos dos ajustes a valor presente, nos montantes de R\$ 46.439 e R\$ 53.630, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

O ajuste a valor presente vem sendo calculado considerando como taxa, a diferença entre a taxa básica de juros da economia argentina e a taxa prefixada para atualização dos passivos, conforme estabelecido de acordo com os termos das obrigações negociadas. Em 31 de dezembro de 2012, a taxa média de desconto é praticada para o ajuste a valor presente era de 15% ao ano.

Os efeitos decorrentes da reversão líquida do ajuste a valor presente estão sendo registrados na conta "Despesas financeiras" no consolidado e totalizaram R\$ 5.092 no resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 4.185 referente ao mesmo período de 2011).

O passivo total está sujeito a juros anuais entre 1% e 3% e possui prazos de vencimentos entre 15 e 25 anos, a partir da data em que os acordos foram celebrados. Em 31 de dezembro de 2012, as reversões previstas para os próximos períodos referentes ao ajuste a valor presente, são demonstradas como segue:

2013	4.173
2014	4.072
2015	3.928
2016 em diante	34.266
Total	46.439

Os vencimentos previstos para a parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

2013	8.528
2014	8.842
2015 em diante	43.403
Total	60.773

Saldo em 31 de dezembro de 2011

Juros	78.295
Varição cambial	(3.517)
Pagamento	(12.841)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	72.460

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	3.516	1.383	3.433	1.595
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5.341	1.145	5.435	1.554
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	337	212	337	212
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	2.232
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina:				
Imposto de renda	-	-	149	2.553
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA	-	-	395	2.193
Outros impostos	-	-	1.359	1.266
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha - Imposto sobre Valor Adicionado - IVA	-	-	517	306
Outros	1.837	1.387	1.871	1.644
Total	11.031	4.127	13.496	13.556

20. PROVISÕES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
"Royalties" a pagar	17.735	13.448	17.735	13.448
Provisão para fretes a pagar	11.670	8.467	11.778	9.138
Compromissos com encerramento de acordos comerciais	-	-	-	5.014
Outras contas a pagar (comissões, serviços de terceiros, concessionárias e outras)	15.001	5.192	30.704	20.023
Total	44.406	27.107	60.217	47.623

21. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativo e (passivo) não circulante				



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Adicionalmente, em dezembro de 2005, foi movido processo cível contra a Companhia por uma empresa detentora de determinada marca esportiva, cujo objeto da causa se referia a perdas e danos por supostos descumprimentos no contrato de licenciamento, o qual foi desistido em anos anteriores. Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda foi considerada possível e o valor envolvido ainda não podia ser apurado, não sendo reconhecida nenhuma provisão para fazer face a essa contingência. Em fevereiro de 2007, houve decisão favorável à Companhia determinando a extinção do processo. Essa mesma sentença foi interposta em recurso pela parte contrária que será julgado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em data ainda não definida.

23. TRIBUTOS COM EXIGIBILIDADE SUSPensa

	Controladora e consolidado	
	2012	2011
PIS/COFINS - Lei nº 9.718/98.....	31.226	30.008
Depósitos judiciais.....	(31.226)	(30.008)
(a)	-	-
COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo.....	111.391	83.484
Depósitos judiciais.....	(10.942)	(10.106)
(b)	100.449	73.378
IRPJ - exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ.....	10.498	6.906
Provisão para IRPJ (outras contingências).....	-	2.803
Outros.....	3.162	3.567
Total - controladora.....	114.109	86.654
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina.....	-	126
Total - consolidado.....	114.109	86.780

(a) COFINS - Lei nº 9.718/98

Em 8 de março de 1999, a Companhia obteve liminar na ação ordinária em que discute a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 e da Emenda Constitucional nº 20, mais especificamente, o aumento da alíquota da COFINS em 1% e o alargamento da base de cálculo da COFINS e do PIS. Essa liminar assegurou o recolhimento dessas contribuições nos moldes da legislação vigente até janeiro de 1999.

A partir daquela data, os valores dessas contribuições apurados nos períodos em questionamento foram registrados no passivo como tributos com exigibilidade suspensa e passaram a ser mantidos atualizados monetariamente pela taxa SELIC, cujos efeitos de atualização monetária foram registrados na rubrica "Despesas financeiras" no resultado do exercício. De setembro de 2006, após decisão adversa proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF sobre o recurso extraordinário da ação referente ao aumento de alíquota da COFINS em 1%, a Companhia decidiu pelo pagamento do montante apurado nos períodos de: (i) março de 1999 a agosto de 2002; e (ii) fevereiro de 2004 a março de 2006, no montante total de R\$ 43.041. Tal decisão foi tomada sem que houvesse prejuízo da continuidade da discussão judicialmente serão convertidos em renda da União.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os valores provisionados, bem como os depósitos judiciais, estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

(b) COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo do tributo

A Companhia questiona judicialmente, desde 1993, a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS, e no período de maio de 1993 a fevereiro de 1996 foram efetuados depósitos judiciais.

A partir de junho de 2008, a Companhia passou a valer-se do efeito suspensivo obtido em Medida Cautelar no STF para continuar excluindo o ICMS da base de cálculo da COFINS, entretanto, a partir daquela data, sem mais a necessidade de efetuar depósitos judiciais. Apesar disso, tais valores vêm sendo registrados como passivo com exigibilidade suspensa.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os valores provisionados, bem como os depósitos judiciais, estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Movimentação dos tributos com exigibilidade suspensa - controladora e consolidado

	2011	Atualizações	Complementos/ (Reversões)	2012
Depósitos judiciais.....	(30.008)	(1.218)	-	(31.226)
COFINS - ICMS.....	83.484	6.319	21.588	111.391
Depósitos judiciais.....	(10.106)	(836)	-	(10.942)
IRPJ - exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ.....	6.906	477	3.115	10.498
Provisão para IRPJ (outras contingências).....	2.803	-	(2.803)	-
Outros.....	9.709	477	312	10.498
Total.....	3.567	132	(538)	3.162
Total.....	86.654	6.093	21.362	114.109

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social**
O capital integralizado em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 562.158, após aumento com a integralização do valor destinado como reserva de investimentos de 2006, aprovado em 25 de abril de 2012, com a emissão de 35.345.588 novas ações, sendo 18.152.408 ações ordinárias e 17.193.180 ações preferenciais, incluídas as ações em tesouraria. A bonificação ocorreu na proporção de 10 ações para cada 100 ações possuídas em 25 de abril de 2012.

Em razão da bonificação ocorrida em 2 de maio de 2012 o número de total de ações passou a ser representado por 388.801.468 ações escriturais sem valor nominal, sendo 199.676.488 ordinárias e 189.124.980 preferenciais.

Com a alteração do estatuto social, o limite autorizado para aumento do capital social passou para 399.352.976 ações preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para determinar as condições aplicáveis às emissões de ações, com base no capital autorizado, como também a aplicabilidade ou não do direito de preferência dos atuais acionistas, nos termos do artigo 172 da Lei nº 10.303/01.

O capital subscrito e integralizado apresenta a seguinte composição acionária:

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores (Grupo Camargo Corrêa).....	133.757.338	66,99	37.792.634	19,98	171.549.972	44,12
Administradores:						
Conselho de Administração.....	39.560.580	19,81	7.948.700	4,20	47.509.280	12,22
Conselho Fiscal.....	24.200	0,01	222.200	0,12	246.400	0,06
Demais acionistas.....	26.334.370	13,19	143.161.446	75,70	169.495.816	43,60
Total.....	199.676.488	100,00	189.124.980	100,00	388.801.468	100,00

b) Plano de recompra de ações

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de dezembro de 2012 foi deliberado o plano para recompra de até 9.530.692 ações preferenciais e até 6.591.915 ações ordinárias. A autorização vigorará pelo prazo máximo de 361 dias, teve início no dia 10 de dezembro de 2012 e terminará no dia 6 de dezembro de 2013. A Companhia não adquiriu ações preferenciais e nem ações ordinárias de sua própria emissão no último programa autorizado em 9 de dezembro de 2011, que compreendia o período de 12 de dezembro de 2011 a 9 de dezembro de 2012.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a conta "Ações em tesouraria" registrou a seguinte movimentação:

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores (Grupo Camargo Corrêa).....	121.597.580	66,99	34.356.940	19,98	155.954.520	44,12
Administradores:						
Conselho de Administração.....	35.963.700	19,81	7.199.980	4,19	43.163.680	12,21
Conselho Fiscal.....	22.000	0,01	202.000	0,12	224.000	0,06
Demais acionistas.....	23.940.800	13,19	130.172.880	75,71	154.113.680	43,61
Total.....	181.524.080	100,00	171.931.800	100,00	353.455.880	100,00

(*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Em 2012 e 2011, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	Custo	
	Quantidade	médio - R\$
Alienadas (*).....	5.093.920	7,97
Aquisições (*).....	436.920	7,97
Bonificação de ações.....	(436.920)	(13,10)
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	5.093.920	7,97

(*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Em 2012 e 2011, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	Custo	
	Quantidade	médio - R\$
Alienadas (*).....	5.093.920	7,97
Aquisições (*).....	436.920	7,97
Bonificação de ações.....	(436.920)	(13,10)
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	5.093.920	7,97

(*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Em 2012 e 2011, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	Custo	
	Quantidade	médio - R\$
Alienadas (*).....	5.093.920	7,97
Aquisições (*).....	436.920	7,97
Bonificação de ações.....	(436.920)	(13,10)
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	5.093.920	7,97

(*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Em 2012 e 2011, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	Custo	
	Quantidade	médio - R\$
Alienadas (*).....	5.093.920	7,97
Aquisições (*).....	436.920	7,97
Bonificação de ações.....	(436.920)	(13,10)
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	5.093.920	7,97

(*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Em 2012 e 2011, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	Custo	
	Quantidade	médio - R\$
Alienadas (*).....	5.093.920	7,97
Aquisições (*).....	436.920	7,97
Bonificação de ações.....	(436.920)	(13,10)
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	5.093.920	7,97

(*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Em 2012 e 2011, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	Custo	
	Quantidade	médio - R\$
Alienadas (*).....	5.093.920	7,97
Aquisições (*).....	436.920	7,97
Bonificação de ações.....	(436.920)	(13,10)
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	5.093.920	7,97

(*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Em 2012 e 2011, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	Custo	
	Quantidade	médio - R\$
Alienadas (*).....	5.093.920	7,97
Aquisições (*).....	436.920	7,97
Bonificação de ações.....	(436.920)	(13,10)
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	5.093.920	7,97

(*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Em 2012 e 2011, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	Custo	
	Quantidade	médio - R\$
Alienadas (*).....	5.093.920	7,97
Aquisições (*).....	436.920	7,97
Bonificação de ações.....	(436.920)	(13,10)
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	5.093.920	7,97

(*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Em 2012 e 2011, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	Custo	
	Quantidade	médio - R\$
Alienadas (*).....	5.093.920	7,97
Aquisições (*).....	436.920	7,97
Bonificação de ações.....	(436.920)	(13,10)
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	5.093.920	7,97

(*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Em 2012 e 2011, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	Custo	
	Quantidade	médio - R\$
Alienadas (*).....	5.093.920	7,97
Aquisições (*).....	436.920	7,97
Bonificação de ações.....	(436.920)	(13,10)
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	5.093.920	7,97

(*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Em 2012 e 2011, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	Custo	
	Quantidade	médio - R\$
Alienadas (*).....	5.093.920	7,97
Aquisições (*).....	436.920	7,97
Bonificação de ações.....	(436.920)	(13,10)
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	5.093.920	7,97

(*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Em 2012 e 2011, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	Custo	
	Quantidade	médio - R\$
Alienadas (*).....	5.093.920	7,97
Aquisições (*).....	436.920	7,97
Bonificação de ações.....	(436.920)	(13,10)
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	5.093.920	7,97

(*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Em 2012 e 2011, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	Custo	
	Quantidade	médio - R\$
Alienadas (*).....	5.093.920	7,97
Aquisições (*).....	436.920	7,97
Bonificação de ações.....	(436.920)	(13,10)
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	5.093.920	7,97

(*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Em 2012 e 2011, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	Custo	
	Quantidade	médio - R\$
Alienadas (*).....	5.093.920	7,97
Aquisições (*).....	436.920	7,97
Bonificação de ações.....	(436.920)	(13,10)
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	5.093.920	7,97

(*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Em 2012 e 2011, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	Custo	
	Quantidade	médio - R\$
Alienadas (*).....	5.093.920	7,97
Aquisições (*).....	436.920	7,97
Bonificação de ações.....	(436.920)	(13,10)
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	5.093.920	7,97

(*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Em 2012 e 2011, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	Custo	
	Quantidade	médio - R\$
Alienadas (*).....	5.093.920	7,97
Aquisições (*).....	436.920	7,97
Bonificação de ações.....	(436.920)	(13,10)
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	5.093.920	7,97

(*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Em 2012 e 2011, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	Custo	
	Quantidade	médio - R\$
Alienadas (*).....	5.093.920	7,97
Aquisições (*).....	436.920	7,97
Bonificação de ações.....	(436.920)	(13,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	2012	2011		2012	2011
b. Total de despesa reconhecida na demonstração de resultado					
Custo do serviço corrente	575	523			
Juros sobre as obrigações atuariais	2.949	2.763			
Rendimento esperado dos ativos	(4.533)	(4.332)			
Amortização de (ganhos) perdas atuariais líquidos	5.999	3.368			
Efeito do limite do parágrafo 58 (b)	(4.714)	(938)			
(Ganhos)/Perdas reconhecidos devido ao impacto da liquidação	-	-			
Total de despesa/(receita) a ser reconhecida	276	1.384			
	2012	2011			
c. Movimentação do (ativo) passivo atuarial líquido					
Passivo/(Ativo) atuarial líquido no início do ano	(2.821)	(3.543)			
Despesa/(Receita) líquida a ser reconhecida	276	1.384			
Contribuições efetivas da patrocinadora	(788)	(661)			
Benefícios pagos diretamente pela companhia no ano	-	-			
Passivo/(Ativo) atuarial líquido no final do ano	(3.333)	(2.820)			
	2012	2011			
d. Movimentação do passivo atuarial					
Valor das obrigações no início	29.877	27.562			
Custo do serviço corrente (com juros, líquido da contribuição do participante)	575	523			
Juros sobre a obrigação atuarial	2.949	2.763			
Benefícios pagos no ano	(2.456)	(2.143)			
Contribuições de participante vertidas no ano	-	-			
(Ganho)/Perda atuarial	7.253	1.172			
Impacto da liquidação antecipada no plano	-	-			
Valor presente das obrigações esperado no final do ano	38.198	29.877			
	2012	2011			
e. Movimentação dos ativos dos planos					
Valor justo dos ativos no início do ano	38.913	38.980			
Contribuições de participante vertidas no ano	-	-			
Contribuições de patrocinadora vertidas no ano	788	661			
Pagamento de benefício no ano	(2.456)	(2.143)			
Rendimento esperado dos ativos	4.533	4.332			
(Ganhos)/Perdas atuariais nos ativos do plano	1.255	(2.917)			
Valor justo dos ativos no final do ano	43.033	38.913			
	2012	2011			
f. Despesas previstas para o exercício de 2013					
Custo do serviço corrente	850				
Juros sobre as obrigações atuariais	2.930				
Rendimento esperado dos ativos do plano	(3.345)				
Total da despesa/(receita) líquida a ser reconhecida	435				
As premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para o exercício de 2012 foram as seguintes:					
	2012	2011			
Hipóteses atuariais					
Juros anuais	3,5%	5,5%			
Crescimento salarial	3,0%	3,0%			
Reajuste de benefício do plano	0,0%	0,0%			
Inflação	4,6%	4,5%			
Capacidade de benefícios do plano	0,98	0,98			
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000			
Tábua de entrada de invalidez	Merced Disability	Merced Disability			
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57			
Aposentadoria	Merced Retirement	Merced Retirement			
Rotatividade	Merced Service	Merced Service			
Inflação médica	N/A	N/A			
d) Plano de assistência médica para aposentados					
A Companhia mantém um plano de assistência médica para um grupo determinado de ex-funcionários e seus respectivos cônjuges, conforme regras por ela estipuladas.					
Os valores atuariais são:					
	2012	2011			
a. Conciliação dos ativos e passivos					
Valor presente da obrigação atuarial	-	-			
Valor justo dos ativos do plano	-	-			
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	796	1.305			
Ganhos/(Perdas) atuarial não reconhecido	(103)	(299)			
Efeito do limite do parágrafo 58 (b)	-	-			
Passivo/(Ativo) líquido total	693	1.006			
	2012	2011			
b. Total de despesa reconhecida na demonstração de resultado					
Custo do serviço corrente	-	-			
Juros sobre as obrigações atuariais	122	101			
Rendimento esperado dos ativos	-	-			
Amortização de (ganhos) perdas atuariais líquidos	168	(210)			
Efeito do limite do parágrafo 58 (b)	-	-			
(Ganhos)/Perdas reconhecidos devido ao impacto da liquidação	(479)	(109)			
Total de despesa/(receita) a ser reconhecida	(189)	(109)			
	2012	2011			
c. Movimentação do (ativo) passivo atuarial líquido					
Passivo/(Ativo) atuarial líquido no início do ano	1.006	1.344			
Despesa/(Receita) líquida a ser reconhecida	(189)	(109)			
Contribuições efetivas da patrocinadora	(124)	(229)			
Benefícios pagos diretamente pela companhia no ano	-	-			
Passivo/(Ativo) atuarial líquido no final do ano	693	1.006			
	2012	2011			
d. Movimentação do passivo atuarial					
Valor das obrigações no início	1.305	1.031			
Custo do serviço corrente (com juros, líquido da contribuição do participante)	-	-			
Juros sobre a obrigação atuarial	122	101			
Benefícios pagos no ano	(124)	(229)			
Contribuições de participante vertidas no ano	-	-			
(Ganho)/Perda atuarial	44	402			
Impacto da liquidação antecipada no plano	(551)	-			
Valor presente das obrigações esperado no final do ano	796	1.305			
	2012	2011			
e. Movimentação dos ativos dos planos					
Valor justo dos ativos no início do ano	-	-			
Contribuições de participante vertidas no ano	-	-			
Pagamento de benefício no ano	(124)	(229)			
Rendimento esperado dos ativos	-	-			
(Ganhos)/Perdas atuariais nos ativos do plano	-	-			
Valor justo dos ativos no final do ano	-	-			
	2012	2011			
f. Despesas previstas para o exercício de 2013					
Custo do serviço corrente	-	-			
Juros sobre as obrigações atuariais	62				
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	-			
Total da despesa/(receita) líquida a ser reconhecida	62				
As premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para o exercício de 2012 foram as seguintes:					
	2012	2011			
Hipóteses atuariais					
Juros anuais	3,5%	5,5%			
Crescimento salarial	3,0%	3,0%			
Reajuste de benefício do plano	0,0%	0,0%			
Inflação	4,6%	4,5%			
Capacidade de benefícios do plano	0,98	0,98			
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000			
Tábua de entrada de invalidez	Merced Disability	Merced Disability			
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57			
Aposentadoria	Merced Retirement	Merced Retirement			
Rotatividade	Merced Service	Merced Service			
Inflação médica	3,0%	3,0%			
30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS					
	2012	2011	Controladora	Consolidado	
Receitas financeiras:					
Rendimentos de aplicações financeiras	50.514	70.585	54.791	72.868	
Juros ativos	4.858	2.495	5.206	2.629	
Outras	1.494	4.203	1.771	5.333	
	56.866	77.283	61.768	80.830	
Despesas financeiras:					
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	(5.948)	(13.947)	(17.535)	(16.906)	
Juros e encargos sobre obrigações negociadas de controlada	-	-	(10.523)	(10.691)	
IOF	(444)	(406)	(3.069)	(406)	
Imposto sobre operações bancárias (Argentina)	-	-	(8.207)	(6.884)	
Atualização monetária sobre impostos	(5.234)	(6.350)	(5.532)	(6.351)	
Outras	(17.158)	(25.630)	(55.067)	(51.214)	
	39.708	51.653	6.701	29.616	
31. VARIAÇÃO CAMBIAL LÍQUIDA					
	2012	2011	Controladora	Consolidado	
Variação cambial ativa	16.771	11.543	19.189	10.811	
Variação cambial passiva	(13.184)	(12.466)	(17.796)	(11.378)	
	3.587	(923)	1.393	(567)	
32. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
	2012	2011	Controladora	Consolidado	
Outras receitas operacionais:					
Crédito Eletrobrás (a)	7.726	19.765	7.726	19.765	
Crédito Tributário (CBS)	-	-	-	2.158	
Resultado na venda de imóveis (Argentina)	-	-	17.640	-	
Receita na venda de marca (Argentina)	-	-	5.031	-	
Outras	2.622	2.474	4.952	5.784	
	10.348	22.239	35.349	27.707	
Outras despesas operacionais:					
Amortização de intangível	(20.496)	(18.611)	(23.944)	(20.184)	
Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas (nota explicativa nº 22)	(9.095)	(10.225)	(8.549)	(11.074)	
Encerramento de acordos comerciais	-	-	-	(7.676)	
Reestruturação Argentina	-	-	(17.370)	-	
Outras	(23.239)	(15.919)	(25.979)	(17.797)	
	(52.830)	(44.755)	(75.842)	(56.731)	
	(42.482)	(22.516)	(40.493)	(29.024)	
(a) Trata-se de ação judicial movida pela Companhia visando receber a devolução dos empréstimos compulsórios efetuados para a Eletrobrás com correção monetária integral e juros sobre o valor principal. O Superior Tribunal de Justiça - STJ pacificou o assunto de forma favorável aos contribuintes quando do julgamento dos RESP nº 1028592 e RESP nº 1028593, realizado sob o rito de recursos repetitivos, nos termos do artigo 543-C do Código de Processo Civil, estabelecendo esse desfecho para todos os casos que tratam da matéria. Por sua vez, através do julgamento do Agravo de Instrumento nº 735933 interposto pela Eletrobrás, o Supremo Tribunal Federal - STF consolidou o entendimento do STJ no sentido de que a discussão da matéria é infraconstitucional. Embora ainda não tenha havido o trânsito em julgado definitivo da ação judicial, a Companhia já exerce sobre ela decisão terminando que o entendimento esposado pelo STJ seja aplicado ao seu caso concreto.					
Em março de 2012, a Companhia recebeu o montante de R\$ 7.726 em cumprimento do contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios e outras avenças para determinados não relacionados a Empresas do Grupo, para quem foram transferidos todos os riscos e benefícios decorrentes da referida ação judicial, pelo valor de R\$ 19.765, celebrado em dezembro de 2011. A Companhia, todavia, guardou o seu direito de complementar o valor da venda com base em informações que porventura venham a ser obtidas das concessionárias de energia elétrica.					
33. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS					
A Companhia e suas controladas concedem participação nos resultados a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecida e aprovada anualmente para cada fábrica/unidade. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, foram reconhecidos no resultado os seguintes valores:					
	2012	2011	Controladora	Consolidado	
Programa de participação no resultado	28.161	27.145	35.275	33.030	
Esta participação está registrada na conta "Salários e encargos sociais a pagar", no passivo circulante.					
34. AVAIS E GARANTIAS					
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, em adição ao divulgado nas notas explicativas nº 15 e nº 17, os avais e as garantias oferecidos pela Companhia às instituições financeiras, referentes às operações de financiamento de vendas - "vendedor", totalizavam, respectivamente R\$ 478 e R\$ 2.007.					
Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não registrou perdas decorrentes desses avais e garantias oferecidos.					
35. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
a) Considerações gerais e políticas					
A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.					
A gestão desses instrumentos financeiros é realizada de acordo com política, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.					
Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Companhia e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.					
Aplicações financeiras					
A política para aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia e de suas controladas, elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo por patrimônio líquido do banco. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 as aplicações estão dentro destes limites.					
Contas correntes com partes relacionadas					
Na controladora, os saldos com partes relacionadas são referentes à administração de caixa único (caixa e equivalentes de caixa) da Companhia, não havendo encargos financeiros sobre essas transações.					
Políticas para contratação de instrumentos financeiros derivativos					
Em virtude das obrigações financeiras assumidas pela Companhia e por suas controladas em moedas estrangeiras, a Administração, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, pode contratar operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar riscos cambiais assumidos por obrigações financeiras e contas a pagar por importação de insumos produtivos, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos.					
Entre os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente, estão incluídas rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial da Companhia e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração quanto à contratação desses instrumentos financeiros.					



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhuma operação em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

b) Gestão de risco financeiro
A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais adversos no desempenho financeiro e, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger as exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e controla instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

b.1) Risco de mercado
A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

Risco cambial
Em virtude de contar com a receber e das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, é conduzida uma política de Proteção Cambial, que estabeleça níveis de exposição vinculados a esse risco.

Consideram-se os valores em moeda estrangeira do saldo a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações financeiras oriundas das operações da Companhia, bem como fluxos de caixa futuros.

Risco de taxa de juros
O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atreladas a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

b.2) Risco de crédito
As vendas são substancialmente para varejistas e atacadistas. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pelos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa", conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não-liquidez das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

b.3) Risco de liquidez
A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. A tabela a seguir, no item c), analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

c) Passivos financeiros
O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

	2012						
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	76	-	-	-	76	(4)	72
Empréstimos e financiamentos	188.334	-	-	-	188.334	-	188.334
Fornecedores.....	359.079	-	-	-	359.079	-	359.079
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	-	7	-	-	7	-	7
Empréstimos e financiamentos	-	86.922	23.125	293	110.340	-	110.340
							2011
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	215	-	-	-	215	(32)	183
Empréstimos e financiamentos	179.894	-	-	-	179.894	-	179.894
Fornecedores.....	297.150	-	-	-	297.150	-	297.150
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	-	48	-	-	48	(6)	42
Empréstimos e financiamentos	-	21.224	33.110	1.480	55.814	-	55.814

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

	2012						
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	215	-	-	-	215	(32)	183
Empréstimos e financiamentos	179.894	-	-	-	179.894	-	179.894
Fornecedores.....	297.150	-	-	-	297.150	-	297.150
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	-	48	-	-	48	(6)	42
Empréstimos e financiamentos	-	21.224	33.110	1.480	55.814	-	55.814

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

	2011						
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	215	-	-	-	215	(32)	183
Empréstimos e financiamentos	179.894	-	-	-	179.894	-	179.894
Fornecedores.....	297.150	-	-	-	297.150	-	297.150
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	-	48	-	-	48	(6)	42
Empréstimos e financiamentos	-	21.224	33.110	1.480	55.814	-	55.814

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

	2011						
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	215	-	-	-	215	(32)	183
Empréstimos e financiamentos	179.894	-	-	-	179.894	-	179.894
Fornecedores.....	297.150	-	-	-	297.150	-	297.150
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	-	48	-	-	48	(6)	42
Empréstimos e financiamentos	-	21.224	33.110	1.480	55.814	-	55.814

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

	2011						
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	215	-	-	-	215	(32)	183
Empréstimos e financiamentos	179.894	-	-	-	179.894	-	179.894
Fornecedores.....	297.150	-	-	-	297.150	-	297.150
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	-	48	-	-	48	(6)	42
Empréstimos e financiamentos	-	21.224	33.110	1.480	55.814	-	55.814

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

	2011						
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	215	-	-	-	215	(32)	183
Empréstimos e financiamentos	179.894	-	-	-	179.894	-	179.894
Fornecedores.....	297.150	-	-	-	297.150	-	297.150
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	-	48	-	-	48	(6)	42
Empréstimos e financiamentos	-	21.224	33.110	1.480	55.814	-	55.814

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

	2011						
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	215	-	-	-	215	(32)	183
Empréstimos e financiamentos	179.894	-	-	-	179.894	-	179.894
Fornecedores.....	297.150	-	-	-	297.150	-	297.150
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	-	48	-	-	48	(6)	42
Empréstimos e financiamentos	-	21.224	33.110	1.480	55.814	-	55.814

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

	2011						
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	215	-	-	-	215	(32)	183
Empréstimos e financiamentos	179.894	-	-	-	179.894	-	179.894
Fornecedores.....	297.150	-	-	-	297.150	-	297.150
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	-	48	-	-	48	(6)	42
Empréstimos e financiamentos	-	21.224	33.110	1.480	55.814	-	55.814

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

	2011						
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	215	-	-	-	215	(32)	183
Empréstimos e financiamentos	179.894	-	-	-	179.894	-	179.894
Fornecedores.....	297.150	-	-	-	297.150	-	297.150
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	-	48	-	-	48	(6)	42
Empréstimos e financiamentos	-	21.224	33.110	1.480	55.814	-	55.814

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

	2011						
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	215	-	-	-	215	(32)	183
Empréstimos e financiamentos	179.894	-	-	-	179.894	-	179.894
Fornecedores.....	297.150	-	-	-	297.150	-	297.150
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	-	48	-	-	48	(6)	42
Empréstimos e financiamentos	-	21.224	33.110	1.480	55.814	-	55.814

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

	2011						
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	215	-	-	-	215	(32)	183
Empréstimos e financiamentos	179.894	-	-	-	179.894	-	179.894
Fornecedores.....	297.150	-	-	-	297.150	-	297.150
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	-	48	-	-	48	(6)	42
Empréstimos e financiamentos	-	21.224	33.110	1.480	55.814	-	55.814

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

	2011						
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	215	-	-	-	215	(32)	183
Empréstimos e financiamentos	179.894	-	-	-	179.894	-	179.894
Fornecedores.....	297.150	-	-	-	297.150	-	297.150
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	-	48	-	-	48	(6)	42
Empréstimos e financiamentos	-	21.224	33.110	1.480	55.814	-	55.814

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

	2011						
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	215	-	-	-	215	(32)	183
Empréstimos e financiamentos	179.894	-	-	-	179.894	-	179.894
Fornecedores.....	297.150	-	-	-	297.150	-	297.150
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	-	48	-	-	48	(6)	42
Empréstimos e financiamentos	-	21.224	33.110	1.480	55.814	-	55.814

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

	2011						
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	215	-	-	-	215	(32)	183
Empréstimos e financiamentos	179.894	-	-	-	179.894	-	179.894
Fornecedores.....	297.150	-	-	-	297.150	-	297.150
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro.....	-						